

Amanhã, novo encontro; para Chase, proposta do Brasil "não é séria"

por Celso Pinto
de Washington

O governo brasileiro espera uma dura discussão com o comitê dos bancos credores amanhã, em Nova York, em torno de alguns pontos da proposta de renegociação, mas não imagina que os credores apresentem uma contraproposta inteiramente nova.

Um dos pontos, segundo o ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira, é o volume de recursos pedidos aos bancos, que eles consideram excessivo. Outro, a participação que eles consideram insuficiente dos créditos oficiais e de agências multilaterais no pacote brasileiro.

Outra fonte qualificada do governo acrescentou três outros temas que certamente entrarão na mesa. Os bancos não aceitam o pedido brasileiro de reduzir a zero a taxa de risco ("spread"). Eles gostariam, também, de ver definidas pelo Brasil as regras de conversão de dívidas em investimentos. O terceiro ponto é a definição das regras para o "relending", o reempréstimo para os tomadores brasileiros dos recursos dos bancos envolvidos no pacote. As taxas cobradas para o reempréstimo têm sido uma fonte generosa de lucros para os bancos.

Um importante executivo de um dos maiores bancos norte-americanos ouviu por este jornal fez uma listagem muito semelhante. Acrescentou apenas um ponto: os bancos querem ter uma melhor e mais sólida definição de um programa econômico consistente no Brasil. Segundo este banqueiro, de fato não há consenso sobre a idéia de uma contraproposta ao Brasil.

O presidente do Citibank, John Reed, havia dito que haveria a contraproposta e outras fontes mencionaram a hipótese de um ar-

ranjo interino, que implicaria na volta dos pagamentos de juros pelo Brasil e na continuidade da discussão de um acordo mais amplo. Bresser Pereira voltou a negar, enfaticamente, ontem, a possibilidade de o Brasil aceitar qualquer acordo deste tipo, que implicasse em suspender a moratória.

Numa ilustração prática da falta de consenso entre os banqueiros, o presidente do Chase Manhattan, Willard Butcher, declarou ao jornal Financial Times que "a proposta (brasileira) que nos foi colocada não provê uma base para negociações", alegando que, desde a moratória, o Brasil fez uma série de abordagens "não sérias". Bresser reagiu às declarações de Butcher dizendo que havia escutado tanto do Tesouro norte-americano quanto de outros banqueiros uma avaliação oposta: que a proposta do Brasil era uma base aceitável para discussões.

"Os banqueiros estão confusos", supõe Bresser. De um lado, eles têm a data de 26 de outubro, quando se reúne o comitê de reclassificação de empréstimos nos Estados Unidos, e os balanços de final de ano, como dois fatores que empurram para uma solução urgente. De outro lado, contudo, "eles estão preocupados com a situação política e a Constituinte". O que recomendaria deixar para o próximo ano a conclusão das negociações. O Brasil, de sua parte, não tem pressa, segundo o ministro.

Um ponto que incomoda os bancos é o fato de a proposta implicar colocar dinheiro novo no País. "Eles sabem que dão 100 ao Brasil e, no dia seguinte, eles já valem apenas 50", exemplificou Bresser, referindo-se ao deságio com que os ativos brasileiros estão sendo negociados no mercado. "Alguns bancos prefeririam dar finan-

ciamentos ligados a projetos específicos", disse outra fonte governamental. O ministro, de todo modo, alega que não se trata de dinheiro novo, estrito senso, mas de recursos que os bancos concederão para refinar o pagamento dos juros a eles mesmos.

Apesar das dúvidas, o ministro embarcou ontem à noite para o Brasil satisfeito. Ele acha que o Brasil "restabeleceu uma boa relação com a comunidade financeira internacional". Além disso, ele saudou o fato de tanto o secretário do Tesouro norte-americano, James Baker III, quanto o presidente do Banco Mundial e o diretor-gerente do FMI terem-se referido positivamente à hipótese de "securitização" da dívida. Ficou mais claro, segundo o ministro, que as idéias brasileiras eram factíveis e não revolucionárias.

A satisfação, aliás, é extensiva aos ministros de Finanças da Argentina e do México, com quem Bresser reuniu-se no final da noite de terça-feira. Os três, que compõem o recém-criado Grupo dos 3 ("G-3"), fixaram, em documento entregue à Assembléia do FMI, alguns pontos que consideraram positivos nesta reunião anual: o reconhecimento geral de que a questão da dívida é mais grave do que parecia e que a responsabilidade deve ser compartilhada entre credores e devedores, a admissão de que é preciso buscar novas medidas e a inclusão, entre elas, da idéia de títulos com juros fixos e mais baixos.

A mesma linha central de argumentação que o Brasil vem usando na questão da dívida foi reafirmada ontem, em nome do Brasil e de outros 22 países latinos e centro-americanos, que constituem o grupo reunido na mesma diretoria no FMI, num discurso feito por Bresser pela manhã.

O ministro sustentou que

as condições para que a estratégia original para lidar com a dívida desse certo não foram cumpridas. Apenas os devedores ajustaram suas economias, mas não houve nem a necessária expansão vigorosa na economia mundial, nem um financiamento adequado a esses países. A transferência de recursos ao exterior pelos países devedores aumentou, o déficit público foi pressionado (porque em muitos países a dívida foi absorvida pelo setor público), o investimento caiu e os superávits comerciais não atingiram os níveis imaginados. Com isso, fica claro que a estratégia original "fracassou".

Como estratégia alternativa, Bresser, em nome dos 22 países, propôs a "securitização" da dívida, com juros fixos e mais favoráveis, e sugeriu que deveria haver "garantia efetiva, ainda que limitada" aos papéis, por parte de órgãos governamentais ou multilaterais. O ministro pediu, também, mais flexibilidade e recursos por parte dos organismos internacionais, como Banco Mundial e FMI, assim como uma maior participação dos governos na solução do problema.

No final, resolveu incluir um recado específico. "O Brasil não tem nenhuma intenção de confrontar-se com seus credores", disse ele. "Seria um equívoco imaginar que é a atividade de alguns poucos radicais no Brasil que impede nossa plena reintegração no sistema econômico internacional. Esses elementos não têm peso suficiente. O grande obstáculo à reintegração é a dívida excessivamente grande e a pouca imaginação e ousadia com que os credores têm procurado resolvê-la", concluiu o ministro.

Aparentemente, a intenção foi que o recado fosse lido com igual atenção tanto em Washington quanto no Brasil.